

CPI dos Títulos Públicos vai ouvir governador

Representantes de Santa Catarina depõem perante a comissão para explicar o destino de uma emissão de títulos estaduais no valor de R\$ 605 milhões



Cabral, ao lado de Requião, preside a sessão em que foi ouvido ex-secretário de Santa Catarina

O governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, será ouvido pela CPI dos Títulos Públicos. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Bernardo Cabral, esclarecendo que a iniciativa de depor partiu do próprio governador. O ex-secretário da Fazenda e atual diretor-financeiro da Centrais Elétricas de Santa Catarina, Oscar Falk, um dos que depuseram ontem perante a CPI, explicou a destinação de R\$ 605 milhões em títulos emitidos pelo estado.

Página 2

NESTA EDIÇÃO

Senadores debatem proposta de dois mínimos

Página 5

Valmir e Francelino querem ver doação regulamentada

Valmir Campelo fez um apelo ao governo para que regulamente o mais rápido possível a lei dispondo sobre a doação de órgãos. Já Francelino Pereira espera que a regulamentação solucione algumas questões não abrangidas pelo texto legal. Página 3

Josaphat Marinho acusa o governo de indiferença ao aumento do desemprego

"Desde que o governo anunciou um pacote contra o desemprego, em outubro do ano passado, as únicas notícias que se tem sobre o assunto são relativas ao aumento dos índices de desocupação e de fechamento de vagas de trabalho", afirmou ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), certo de que as perspectivas para o primeiro trimestre de 1997 não são diferentes.

Segundo disse, enquanto o governo só se preocupa com a reeleição do presidente da República, crescem, paralelamente ao aumento do desemprego, os índices de violência



Josaphat Marinho

no país, principalmente entre os que vivem de salário, pois, a seu ver, a redução da capacidade econômica "leva ao desespero".

Para Josaphat Marinho, não basta anunciar que a inflação está contida e o real valoriza-

do. Conforme disse, a realidade dos supermercados não é a dos dados oficiais e o país necessita de uma política de desenvolvimento que multiplique as atividades econômicas, sobretudo as desenvolvidas pelas pequenas e médias empresas.

O senador Lauro Campos (PT-DF) destacou observação do historiador inglês Perry Anderson, que esteve recentemente no Brasil, segundo o qual o país vive um "êxtase estatístico" que mascara a realidade efetiva. Daí o IBGE registrar um índice de 5,6% de desemprego, para mais de 13% encontrados pelo Dieese.



Em reunião que contou com a presença de diversos senadores e se prolongou pela noite, a CPI discutiu os novos depoimentos

Suruagy vai depor na CPI dos Títulos Públicos

Comissão ouve esclarecimentos de ex-secretário da Fazenda sobre a emissão de títulos que seriam destinados à liquidação de precatórios judiciais

A CPI dos Títulos Públicos deverá ouvir o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, informou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da comissão, que se reuniu para colher o depoimento de três representantes do governo de Santa Catarina.

Bernardo Cabral esclareceu que a iniciativa de prestar esclarecimentos partiu do próprio governador alagoano que, em visita ao gabinete do senador Roberto Requião (PMDB-PR), colocou o seu sigilo bancário, assim como o de sua família, à disposição da CPI.

Roberto Requião informou que Divaldo Suruagy se disse tranqüilo em relação ao problema dos títulos públicos, porque tivera a oportunidade de acompanhar o processo tanto junto ao Banco Central, como no Senado Federal. A data do comparecimento do governador à comissão será oportunamente definida.

Já o senador Esperidião Amin (PPB-SC) manifestou-se inteiramente de acordo em que Suruagy seja ouvido pela CPI, desde que, primeiro, a comissão ouça o secretário da Fazenda de Alagoas, que, conforme

lembrou, já está convocado para depor em data ainda não fixada pela comissão. Amin disse ainda que, antes de o governador falar perante a CPI, deseja tomar conhecimento do processo relativo à quebra do banco Interunion.

SANTA CATARINA

O ex-secretário da Fazenda e atual diretor-financeiro da Centrais Elétricas de Santa Catarina, Oscar Falk, iniciou seu depoimento esclarecendo que, de R\$ 605 milhões apurados com a venda de títulos, o governo estadual teria utilizado cerca de R\$ 10 milhões para pagamento de precatórios, R\$ 33 milhões como comissão ao Banco Votor, e o restante desses recursos estaria depositado no fundo de liquidez do estado.

Em resposta ao senador Roberto Requião, o depoente esclareceu que o governo catarinense, no encaminhamento do pedido ao Banco Central para emissão dos títulos, usou a mesma metodologia adotada

pelos demais estados e municípios que também tiveram suas solicitações acatadas pelo BC e referendadas pelo Senado Federal. Oscar Falk disse desconhecer os motivos que teriam motivado o estado a colocar no mercado os títulos em parceria com a IBF Factoring.

Requião também quis saber por que o Besc (Banco do Estado de Santa Catarina) contratou os serviços do Banco Votor para intermediar a venda de títulos. O ex-secretário, em resposta, afirmou que foi em função da experiência que aquele estabelecimento tem no mercado e pelo

mesmo tipo de serviços prestados a governos de outros estados, como o de Pernambuco, por exemplo. Acrescentou que, conforme o contrato, o Banco Votor fora contratado a uma taxa de 5,5% sobre os valores dos títulos no mercado.

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), em entrevista, disse que a informação presta-

da pelo ex-secretário contribuiu "positivamente" para os trabalhos da CPI, "porque esclareceu que o governo de Santa Catarina mentiu para o Senado quando pediu R\$ 605 milhões e, na verdade, pagou R\$ 10 milhões de precatórios".

Até às 21h30 o ex-secretário, já questionado por Kleinübing, continuava sendo inquirido pelo senador Esperidião Amin. Ainda para a noite de ontem estavam previstos os depoimentos de Carlos Eduardo Ferreira, assessor da diretoria do Besc, e Paulo Sérgio Prisco Paiva, atual secretário de Fazenda de Santa Catarina.

Participaram também da reunião da CPI os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Serra (PSDB-SP), Gilberto Miranda (PFL-AM), Hugo Napoleão (PFL-PI), Francilino Pereira (PFL-MG), Casildo Maldaner (PMDB-SC), José Agripino (PFL-RN), Emília Fernandes (PTB-RS) e Romeu Tuma (PSL-SP).

Agenda do Dia

PLENÁRIO
10h - Sessão não deliberativa do Senado

Ex-secretário informa que estado usou para pagar precatórios apenas R\$ 10 milhões dos R\$ 605 milhões

Francelino apóia vetos a projeto de doação de órgãos

Para senador, sanção presidencial "foi recebida com euforia por milhares de brasileiros que penam nas filas à espera de uma oportunidade de vida"



Valmir Campelo

Valmir quer campanha que esclareça doação

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu ontem ao presidente da República e ao Ministério da Justiça que regulamentem o mais rápido possível a lei disposta sobre a doação de órgãos para transplantes no Brasil. Ele pregou também a necessidade de que o governo realize uma campanha de esclarecimento da sociedade sobre o assunto.

Valmir disse temer abuso de poder econômico nesta questão, achando também necessário reduzir as apreensões da sociedade no momento em que foi aprovada uma lei que torna a todos doadores potenciais de órgãos para transplantes. Valmir Campelo acha importante que a população seja plenamente esclarecida do fato de que quem não deseja ser doador pode registrar isso no documento de identidade ou na carteira de habilitação.

Na ocasião, o senador leu editorial publicado pela *Folha de S. Paulo*, sob o título "Para Salvar Vidas", que aponta a necessidade de que não haja burocracia para que um cidadão manifeste seu desejo de não ser doador. Valmir Campelo disse ainda que isso deve ser feito em nome da democracia e do respeito às liberdades individuais.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse ontem que a sanção presidencial ao projeto que estabelece a doação presumida de órgãos para fins de transplante "foi recebida com euforia por milhares de brasileiros que penam nas filas à espera de uma oportunidade de vida".

Segundo afirmou, o presidente Fernando Henrique Cardoso, com a providência, atendeu à expectativa da "maioria esmagadora dos brasileiros", que conforme pesquisa de opinião, apóiam a medida. A seu



Francelino

ver, os vetos apostos pelo presidente a artigos do projeto aperfeiçoaram a proposta, eliminando restrições, ampliando as possibilidades de doação e facilitando o cumprimento da lei.

Francelino explicou que um dos vetos eliminou artigo que restringia a doação, em vida, de órgãos a pais e filhos, cônjuges e irmãos. "Fora desses casos, seria necessária a autorização do Ministério Público, o que limitava enormemente o princípio da doação presumida".

O senador louvou o fato de o presidente da República ter determinado ao Ministério da Saúde as providências administrativas necessárias à criação das centrais de notificação e distribuição de órgãos.

- Cabe agora aguardar a regulamentação da lei, cujo decreto já está em elaboração no Ministério da Saúde, quando se espera solução para algumas questões não abrangidas pelo texto legal - ressaltou, destacando a necessidade de se regulamentar a doação de órgãos por menores de 18 anos que ainda não dispunham de carteira de identidade ou habilitação.

Chico Science inspira toda uma geração, afirma Roberto Freire

"A vida radiante de Chico Science deslocou-se de um único corpo para espalhar-se por toda uma geração", afirmou ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE), ao lamentar o falecimento do cantor e compositor pernambucano. Para ele, o líder do grupo Nação Zumbi, "revelação recente da cultura pernambucana", já inscrevera seu nome "na galeria nacional dos artistas ídolos de todos brasileiros".

- Chico Science não preci-

sa de elogios. A sua obra fala por si. Surgiu de uma intensa agitação cultural periférica e até marginal em Recife e Olinda, no início dos anos 90, desconhecida da grande mídia e mesmo relegada por muitos divulgadores - afirmou o senador. A seu ver, Chico Science foi um dos articuladores de uma nova proposta que incluiu a criação musical a partir "de nossas raízes dos mangues e maracatus".



Freire

Para Freire, o "trágico acidente levou o corpo de Chico Science, mas não a sua inspiração". Prova disso foi o comparecimento de milhares de jovens ao sepultamento, cantando suas músicas e vestindo-se como o seu ídolo: chapéu de palha, óculos, calça de leve tecido e o mesmo corte de cabelo. O carnaval de Recife será menos alegre este ano", disse o senador.

Carlos Wilson exalta obra do compositor

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) lamentou o falecimento de Francisco Assis França, o Chico Science, afirmando que o compositor pernambucano "revitalizou a cultura nordestina, unindo ritmos tradicionais como o maracatu e o coco com o rock e o reggae".

- Jovem, ele expressava a alma nordestina, protestando



Carlos Wilson

contra a marginalização de seu povo - disse o senador, para quem Chico Science "era o profeta de uma nova miscigenação musical e um revolucionário que trouxe a modernidade para a região".

Segundo Carlos Wilson, o cantor, falecido no último dia 2, tinha como símbolo do seu trabalho a figura do caranguejo, abundante na região dos

mangues pernambucanos.

- Chico inspirava-se também em leituras do sociólogo Josué de Castro e observava o *habitat* natural dos mangues, afirmando juntamente com a banda Nação Zumbi: "Quando regamos a raiz, a planta vibra e nasce novamente" - disse o senador, salientando que as canções do compositor jamais poderão ser apagadas do coração do povo pernambucano e brasileiro.

Suplicy defende o equilíbrio entre poderes

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que estará sempre atento a qualquer procedimento do Senado que possa eventualmente ser visto como submissão aos interesses do governo, dado o entendimento do parlamentar de que deve haver perfeito equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ele afirmou que contribuirá no que puder para que o novo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), realize um eficiente trabalho à frente da instituição, e lembrou que não votou nele, mas no senador Iris Rezende para presidir o Senado. Suplicy informou que, antes da eleição, avisou aos dois candidatos em quem os parlamentares da Frente de Oposição (PT, PDT, PPS e PSB) votariam.

- Avisei que votaríamos em Iris Rezende, para que isso ficasse transparente, claro e registrado. A franqueza é a melhor forma de relacionamento entre todos nós - disse o senador, na convicção de que o Legislativo deve mudar seus procedimentos eleitorais. "É muito mais adequado termos o voto em aberto", defendeu, explicando que essa é a melhor forma de se evitarem especulações.

Suplicy também criticou a idéia governamental de criar cinco valores para o salário mínimo, o mais baixo deles para as empregadas domésticas, os aposentados e os servidores públicos. "É preciso avaliar essa questão com cuidado", disse ele, pregando a necessidade de o governo garantir uma renda mínima para todos. Ele sugeriu que o Senado se transforme, neste semestre, num fórum de debates sobre o salário mínimo.



Suplicy

Ademir não aceita acusação de FHC sobre invasões de terras

"O presidente da República jogou nas costas dos governadores de estado um problema que cabe a ele resolver", protesta o senador

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), falando em nome do Bloco Oposição, repudiou ontem em discurso a afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso, que acusou no seu programa semanal de rádio os estados e o Ministério Público de permitirem invasões de fazendas pelos sem-terra.

- O presidente não está sendo honesto e coerente ao jogar nas costas dos governadores um problema que cabe a ele resolver. A Constituição diz que só o presidente pode desapropriar terras para reforma agrária. Os governadores e os prefeitos não podem fazer isso. Ele não pode transferir essa responsabilidade para os governadores - afirmou o senador.

Depois de destacar que o governo colocou no Orçamento deste ano "apenas R\$ 2,4 bilhões para a reforma agrária",



Ademir Andrade

Ademir Andrade disse que, para o pagamento de juros e amortizações de dívidas, o governo reservou no Orçamento R\$ 33 bilhões. "Prestem atenção: o governo gastará só com a dívida quase 15 vezes mais que o valor a ser destinado à reforma agrária". Para ele, isso é uma prova de que reforma agrária não é prioridade do governo.

O senador apresentou à Mesa requerimento de infor-

mações dirigido ao ministro da Reforma Agrária e Política Fundiária, Raul Jungmann, onde pede a discriminação de todas as áreas desapropriadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, com tamanho das áreas, municípios em que se localizam e valores pagos pelo governo. O senador quer ainda conhecer quantas famílias foram assentadas em cada fazenda e qual a situação de ocupação das áreas desapropriadas ou negociadas.

- Já desafiei o presidente da República a provar que fez alguma desapropriação. Na verdade, ele apenas regulamentou a situação das áreas ocupadas por sem-terra. Por isso, quero que o ministro da Reforma Agrária coloque no papel que terras foram desapropriadas e entregues a sem-terra por Fernando Henrique Cardoso.

Tuma deseja sucesso a Antonio Carlos e elogia gestão de Sarney

Na presidência da sessão plenária de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) recebeu do senador Romeu Tuma (PSL-SP) os votos de sucesso em sua gestão à frente da Casa. Tuma afirmou também que a presidência de José Sarney "marcou profundamente a história política do país".

- Ontem, esta Casa viu deixar sua presidência um estadista do porte deste país, que dedicou sua gestão ao engrandecimento do Senado da República. Hoje, já sob a presi-



Antonio Carlos Magalhães preside a sessão do Senado

dência do senador Antonio Carlos Magalhães, o Senado terá seu espaço sublimado na

divisão dos poderes que garante a consolidação democrática no Brasil - afirmou

Suassuna defende dois valores para mínimo

Autor da proposta que flexibiliza as regras atuais, senador anuncia, no entanto, sua disposição em retirá-la, caso haja distorções que a transformem em um "Frankenstein"

Autor da proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o salário básico para o setor privado, ao lado do salário mínimo, mantido para o setor público, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que seu objetivo é flexibilizar as atuais regras, fortalecendo a negociação coletiva e permitindo reajustes consentâneos com a capacidade de pagamento da iniciativa privada. Caso haja distorções que anulem esse objetivo "criando um Frankenstein", o senador garantiu que ele próprio interromperá a tramitação da proposta.

A proposição foi apresentada em maio de 1996, mas só agora, após notícia de que o



Ney Suassuna

governo pretende apoiar a idéia, instalou-se uma polêmica sobre os efeitos da mudança. "Não houve, em nenhum momento, a intenção de oferecer ao governo um instrumento de arrocho ou de favo-

recer movimentos espoliadores por parte da classe patronal", assegurou.

Suassuna justificou sua proposta dizendo que a disciplina constitucional do salário mínimo é excessivamente rígida, abrange um universo numeroso de trabalhadores e impede aumentos, devido ao significativo impacto que provoca sobre toda a política econômica. Por ser atrelado aos benefícios da Previdência Social e à remuneração dos servidores públicos, o salário mínimo tem sido mantido em patamar insuficiente, disse.

A emenda desmembra o salário mínimo em dois valores. Um deles, para o qual é mantida a denominação *salário*

mínimo, valeria para servidores públicos, empregados domésticos e beneficiários da Previdência. O outro, chamado *salário básico*, valeria para os demais trabalhadores e seria objeto de negociação entre as entidades sindicais de empregados e empregadores, que fixariam um valor adicional a ser acrescido ao salário mínimo, explicou.

Segundo Ney Suassuna, a diferenciação permitirá um aumento da arrecadação pública, rompendo o círculo vicioso em que "o governo arrecada pouco porque não pode remunerar bem e, ao remunerar mal, continua arrecadando pouco e sinalizando mal para o empresariado".

Benedita da Silva considera medida prejudicial ao funcionalismo público

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) criticou ontem o apoio dado pelo governo à proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Ney Suassuna que pretende desmembrar o salário mínimo em valores diferenciados para os setores público e privado. Segundo disse, a medida provocará uma redução do poder de compra de todo o funcionalismo, pois "nos supermercados ou no comércio em geral os preços não são diferenciados entre setores público e privado".

Benedita da Silva entende que as alegações do governo de que haveria uma melhoria salarial no setor privado e de que estados, municípios e Previdência Social deixariam de ser pressionados pelo aumento do salário mínimo escondem, na verdade, uma estratégia para



Benedita da Silva

evitar qualquer reajuste na remuneração do funcionalismo. A seu ver, todos os trabalhadores, e especialmente os aposentados, serão prejudicados.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que a instituição de dois pisos salariais multiplicará as desigualdades sociais, além de desrespeitar frontalmente o princípio constitucional da igualdade. O senador Jefferson Pe-

res (PSDB-AM), relator da emenda, disse que, dada a importância e profundidade das mudanças propostas, realizará audiências públicas com centrais sindicais, entidades patronais e representantes do governo. "Um projeto desse não pode tramitar sem uma ampla discussão com a sociedade", salientou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), autor da proposta, reiterou que sua intenção é acelerar os aumentos do salário mínimo e disse esperar que esta também seja a do governo. Por sua vez, o senador Lauro Campos (PT-DF), disse entender ser mais adequada uma proposta que estabeleça, para cada aumento percentual dos salários mais elevados, um aumento correspondente na base salarial.



Jefferson Peres

Jefferson vai ouvir opinião de entidades

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM), relator da proposta de Ney Suassuna sobre o salário mínimo, afirmou que pretende promover audiências públicas na CCJ para debater a matéria. Ele vai ouvir opiniões de representantes do INSS, do Ministério do Trabalho, das centrais sindicais dos trabalhadores e das entidades patronais.

- Eu já havia até emitido parecer favorável com uma emenda modificativa, mas estou vendendo nos jornais que o projeto é muito polêmico. Críticas de diferentes origens, principalmente dos meios sindicais, me levam a ter cautela. Diante disso, não vou apresentar meu parecer sem antes realizar audiências públicas que auscultem essas entidades - explicou.

Marina cobra Conselho de Desenvolvimento Sustentável

E lembra que, em café da manhã com entidades ambientalistas, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou sua propósito de constituir entidade afim

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Arapongas (PR)	Net	35
Bagé (RS)	Net	16
Bal. Camboré (SC)	Op. indep.	20
Baurá (SP)	Net	10
Baurá (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Belo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catandiva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapeco (SC)	Net	3
Concórdia (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Cuiabá (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Fartópolis (RS)	Multicanal	14
Fartópolis (RS)	Net	8
Florianópolis (SC)	Multicanal	45
Florianópolis (SC)	Net	44
Fortaleza (CE)	Op. indep.	22
Fortaleza (CE)	RTC	45
Franca (SP)	Net	9
Goiana (GO)	Multicanal	14
Gov. Valadares (MG)	Op. indep.	29
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joaquim (SC)	Net	21
Jourville (SC)	Net	18

Cidade	Operadora	Canal
Jundiaí (SP)	Net	5
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Op. indep.	3
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)	Net	30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio de Janeiro (RJ)	Net	33
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz do Sul (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santa Maria (RS)	Net	50
Santos (SP)	Net	7
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MMDS	66
Sorocaba (SP)	Multicanal	8
Uberlândia (MG)	Net	8
Umuarama (PR)	Net	35
Uruguaiana (RS)	Net	7
Uruguaiana (RS)	Net	17

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que até agora o governo brasileiro não criou o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, mas apenas uma comissão interministerial sem nenhuma representação da sociedade civil. Afirmando que é fundamental a construção de mecanismos para evitar danos ao meio ambiente, ela pediu pressão na criação desse conselho.

A senadora lembrou que, em café da manhã com entidades ambientalistas, entre elas a Rede Mata Atlântica, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou seu propósito de constituir



Marina

uma Câmara de Desenvolvimento Sustentável. Mas o Fórum Brasileiro de ONGs (organizações não-governamentais) manifestou-se insatisfeito com a idéia, entendendo que, embora seja um passo no atendimento de deliberações da Eco-92, a proposta não deixava claro se haveria representação paritária entre governo e sociedade.

Em seu discurso, Marina Silva rememorou que, entre os dias 29 de janeiro e 2 de fevereiro, o Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais de defesa do desenvolvimento e meio ambiente reuniram-se em Brasília com representantes de cerca de 200 entidades de todo o Brasil. Realizou-se então o 12º Encontro Nacional do Fórum, cujo tema foi a Agenda 21. Conforme a senadora, aprovou-se uma série de documentos relacionados com biodiversidade, organização social, florestas, mineração, assentamentos humanos, agricultura e energia.

E em todo o País para os usuários do sistema Direct-to-Home, da TVA e do Sky Net.

Ademir critica ministro das Comunicações

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, por ter declarado que quer "destruir" o governador do Paraná, Jaime Lerner, adversário da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. "O Serjão tem de respeitar os brasileiros que elegeram Fernando Henrique pensando que ele faria um governo democrático", assinalou.

Depois de ler trechos da notícia com as declarações do ministro, Ademir Andrade lamentou a "traculência do governo" para ver seu projeto de reeleição aprovado pelo Congresso. "É nisso que está se transformando o governo Fernando Henrique Cardoso: opressão, ameaças e falta de respeito aos parlamentares", frisou.

Campos destaca retomada de obras de hidrelétrica em MT

Senador prevê que estado terá um dos maiores crescimentos no consumo de energia no país, superando 14% ao ano até o fim do século

Depois de quase dez anos com as obras paralisadas, será retomada a construção da hidrelétrica do rio Manso, em Mato Grosso. A comunicação foi feita em plenário pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), que participou na manhã de ontem, em Cuiabá, da solenidade de assinatura dos atos para lançamento dos editais internacionais para conclusão da hidrelétrica e compra de energia de uma termoelétrica a ser construída por grupos privados nos arredores de Cuiabá.

- Essa hidrelétrica é um velho sonho dos mato-grossenses e toda a bancada de senadores e deputados federais do estado lutou muito para que a obra fosse retomada - disse o senador. Ele informou que a construção de uma termoelétrica na capital de Mato Grosso, que no



Júlio Campos

futuro poderá utilizar o gás a ser comprado da Bolívia, evitará que Cuiabá seja submetida a um racionamento de energia já no ano que vem.

Júlio Campos disse que a hidrelétrica de Manso será importante não apenas por gerar 210 mil quilowatts quando terminada, mas também porque permitirá o controle das

cheias no rio Cuiabá. Além disso, permitirá a irrigação de 50 mil hectares de terras no estado, ajudará na diluição de efluentes domésticos e industriais e irá melhorar a navegação no trecho Cuiabá-Porto Cercado.

O senador destacou que Mato Grosso terá nos próximos anos um dos maiores crescimentos no consumo de energia no país, devendo superar a taxa anual de 14% até o final do século. Para Júlio Campos, é esse crescimento do consumo que levou a Eletronorte a retomar as obras do rio Manso e à decisão de se comprar energia produzida por empresas privadas. Informou ainda que a Cemat, companhia estadual de energia, será privatizada em breve.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

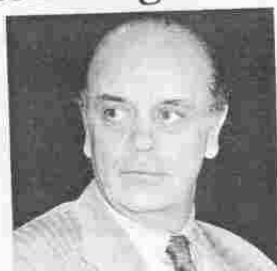
Satélite - B1
 Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
 Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
 Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
 Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz
 Antena - 3,6 m
 LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
 Receptor de Vídeo/Audio Digital
 NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
 Integrated Receiver/Decoder (IRD)
 Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)
 Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772.9600
 Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Serra presta homenagem a Paulo Francis

O senador José Serra (PSDB-SP) lamentou ontem em plenário a morte do jornalista Paulo Francis, "um amigo de três décadas". Lembrou que era presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) quando foi apresentado ao jornalista, no Rio.

- Paulo Francis era um fanático da tolerância das idéias. Eu não concordava com tudo que ele dizia, mas a tolerância às idéias com as quais ele não concordava foi um dos traços marcantes de sua personalidade - observou.

Depois de lembrar que o jornalista foi perseguido várias vezes pelas opiniões que



José Serra

externava, Serra disse que Paulo Francis o ajudou a conseguir documentos emitidos pelo governo brasileiro quando ocupava o cargo de professor na universidade de Princeton, nos EUA.

O senador leu trechos de um texto do jornalista, escrito no ano passado, onde ele fala de sua vida e da morte: "Faz bas-

tante tempo que me convenço de que a vida não tem pé nem cabeça, que religião é uma tentação emocional resistível, porque não faz sentido. (...) Medo de morrer? *Not really*. Não tenho filhos, não deixei a ninguém o legado da minha passagem. (...) Enquanto há vida se vai levando. Aproveitei o máximo".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse não entender por que Paulo Francis criticava tanto a ex-prefeita Luíza Erundina, o PT, a senadora Benedita da Silva, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, e o próprio senador.

Quintanilha aponta benefícios do Prodecer

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, em sua terceira versão, está permitindo o aproveitamento de 20 mil hectares de cerrados no estado do Tocantins, informa senador

"O terceiro Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) está fazendo uma verdadeira revolução sócio-econômica no estado do Tocantins", afirmou ontem o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). O programa está permitindo o aproveitamento de 20 mil hectares de cerrados do estado, com financiamentos para desmate e colocação de

calcário na terra, para reduzir sua acidez.

Estão sendo investidos nos cerrados do Tocantins US\$ 70 milhões, 60% dos quais financiados pelo Japão, 30% pelo governo federal e os outros 10% pelos produtores. O governo do estado considera o Prodecer tão importante que está bancando 50% do risco dos financiamentos, conforme o senador.

Para Quintanilha, a agropecuária e a agroindústria são quase os únicos caminhos com que conta o Tocantins para se desenvolver e, por isso, "o estado tem agora um novo alento com o Prodecer III". Ele destacou ainda a decisão do governo do estado de bancar o asfaltamento da BR-235, uma rodovia federal importante para o Tocantins.



Leomar Quintanilha

Alcântara busca desenvolvimento do Cariri

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) comprometeu-se a desenvolver projetos que contribuam para o crescimento da região cearense do Cariri, que, segundo afirmou, "necessita de um esforço diferenciado", devido a seu peso político, econômico e cultural.

Ele lembrou que tem defendido no Congresso Nacional o desenvolvimento do Ceará e chamou atenção para a "forte desigualdade econômica na região". Para exemplificar, disse que a Região Metropolitana de Fortaleza "ocupa apenas 2,6% do território do estado, con-



Lúcio Alcântara

centra cerca de 36% de sua população e consegue absorver mais de 56% do PIB estadual e quase 82% da renda interna".

Alcântara mencionou a ini-

ciativa do governador Tasso Jereissati de canalizar para a região uma série de indústrias como a Grandênê, que está instalada na cidade do Crato e é responsável pela geração de 1.200 empregos. O senador reportou-se ainda a seu projeto de lei destinado a proteger da extração predatória os fósseis da região, que constituem um patrimônio histórico e cultural.

Lúcio Alcântara ressaltou também a importância da implantação de programas de incentivo ao turismo religioso, ecológico e cultural-científico, desenvolvidos pelo governo cearense. Ele destacou o cli-

ma de efervescência cultural da região, que "abrigou heróis como Bárbara de Alencar, escritores renomados, conservando na legendaria figura do Padre Cícero uma expressiva referência espiritual". A seu ver, esse "caldo cultural" é razão suficiente para a retomada de um processo de desenvolvimento do Cariri.

O senador informou ter participado, no final de janeiro, de um Ciclo de Debates sobre Interiorização do Desenvolvimento do Ceará, no qual foram abordadas importantes questões relativas à região.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E JOEL DE HOLLANDA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios
Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos
Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Marcuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento
Revisão - Maria das Graças Aureliano e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.